

Cristiane Schnack
crischnack@terra.com.br

Baby talk: uma fala de adulto direcionada à criança. Que criança? Que adulto?

Baby talk: adult talk direct to the child. Which child? Which adult?

RESUMO - Interessada em compreender o processo de socialização da criança na comunidade de que faz parte, busco nos estudos sobre socialização da linguagem (Ochs e Schieffelin, 1986; 2001) um aporte teórico-analítico que possibilite esse empreendimento. A partir desse lugar, discuto uma prática que está amplamente vinculada, academicamente, ao processo de aquisição da linguagem – *baby talk*. *Baby talk* foi definido por Ferguson (1996 [1964]) como um registro especial utilizado por adultos em interações com crianças. Esse registro, conforme o autor, facilita o acesso das crianças ao código linguístico que caracteriza determinada comunidade de fala. Os estudos que se seguem dão conta de revelar, nas falas dos adultos, o quão simplificado – sintática, semântica e lexicalmente – esse código se mostra. Contudo, o que se percebe é que as correlações entre competência linguística das crianças e uso de *baby talk* se mostram essencialistas na medida em que atribuem às crianças uma limitação cognitiva de compreensão de um código linguístico “adulto”, tido como “normal”. O que o presente estudo propõe, então, é reposicionar o uso de *baby talk* à luz de estudos sobre socialização da linguagem a fim de compreender esse código em termos de práticas locais (Wenger, 1998) e significações culturais (Ochs, 1986; Ochs e Schieffelin, 2001; Schieffelin e Ochs, 1986; 1996). A partir de uma perspectiva etnográfica de análise das trocas verbais (Sacks, 2000; Duranti, 1997; Erickson e Shultz, 2002 [1981]; Gumperz, 1982), o contexto doméstico-familiar de duas famílias brasileiras é investigado de forma a mapear-se o uso local da prática de *baby talk*. Pode-se, a partir de então, pensar sobre as construções locais acerca da competência (linguística) das crianças e dos direitos e deveres dos adultos-em-interação-com-crianças. O que o estudo revela é que, embora ocorra *baby talk* nas duas famílias estudadas, os significados locais que circundam a prática – e que a colocam em uso – divergem consideravelmente.

Palavras-chave: *baby talk*, socialização da linguagem, família, infância, fala-em-interação.

ABSTRACT - As a researcher interested in understanding how children are socialized in the communities to which they belong, I look at language socialization studies (Ochs and Schieffelin, 1986; 2001) for a theoretical and analytical framework to pursue this goal. Departing from this framework, I discuss a practice which is widely linked, academically, to the language acquisition process – *baby talk*. *Baby talk* was defined by Ferguson (1996 [1964]) as a special register used by adults in interaction with children. This register, according to the author, makes it easier for children to access the linguistic code that characterizes the speech community to which the children belong. Studies that follow this proposal are able to reveal how simplified – syntactically, semantically and lexically – this register appears to be. However, what is perceived is that the relations between children’s linguistic competence and the use of *baby talk* are essentialist since they attribute to children a cognitive limitation to understand the “adult” linguistic code, taken as the “normal” one. Thus the current study proposes to relocate the use of *baby talk* in the light of language socialization studies so as to understand this code as part of the local practices (Wenger, 1998) and its cultural meanings (Ochs, 1986; Ochs and Schieffelin, 2001; Schieffelin and Ochs, 1986; 1996). Making use of an ethnographic approach to the analysis of verbal exchanges (Sacks, 2000; Duranti, 1997; Erickson and Shultz, 2002 [1981]; Gumperz, 1982), the domestic environments of two Brazilian families are investigated, enabling the mapping of the local practices of *baby talk*. It is possible, then, to think about the local construction regarding the (linguistic) competence of children and adults’ rights and duties in interaction with children. This study reveals that, although *baby talk* takes place in both of the families, the local understandings that surround this practice – and which make it take place – are considerably distinct.

Key words: *baby talk*, language socialization, childhood, family, talk-in-interaction.

Valmor: vamo desligá? (.) agora? (.) o rádio ?¹
Catarina: não::: ((choramingando))

Valmor: não? (.) tu vai ficá escutando aqui?
Catarina: não:::

¹ As convenções de transcrição utilizadas encontram-se em anexo (cf. Schnack *et al.*, 2005). Todos os nomes das pessoas envolvidas no estudo foram trocados, de forma a preservar a identidade destes participantes.

As falas que abrem esse estudo poderiam estar contidas na análise de Ferguson (1996 [1964]), que descreve um fenômeno que nos parece muito familiar: um registro especialmente utilizado em interações adulto-criança², do qual os adultos fazem uso nessas interações, e que é nomeado pertinentemente de *baby talk*³. O excerto acima impressiona mesmo pelo fato de que, ao depararem-se com crianças, adultos se engajam em interações que desconfortavelmente teriam com seus pares. Na academia, observa-se, a partir dos estudos de Ferguson (1996 [1964]) sobre esse registro, um grande interesse em documentar seu uso em interações de adultos com crianças. Snow e Ferguson (1977) organizam um livro cujos artigos centram suas discussões e análises em torno da descrição da fala direcionada à criança, buscando estabelecer pontes entre insumo e aquisição da linguagem. A contemporaneidade desses estudos pode ser atestada em Borges e Salomão (2003), que trazem, para os estudos da psicologia interessados no processo de aquisição da linguagem pela criança, uma revisão de aspectos primordiais no que tange ao desenvolvimento lingüístico de uma criança. As autoras discorrem, ao longo do texto, sobre a importância comunicativo-afetiva de *baby talk* para o desenvolvimento infantil.

Esse código foi caracterizado basicamente em função de: (a) estruturas sintáticas simplificadas; (b) expansões da fala da criança; (c) uso de vocábulos próprios, e em certa medida localmente criados, para determinados campos lexicais (comida, animais, entre outros); (d) entonação ascendente; e (e) uso de diminutivos. Sua peculiaridade é tamanha que, ao nos depararmos com um protótipo dessa fala em contexto que não o de interação adulto-criança, pensamos imediatamente estarmos frente a outros contextos passíveis de valerem-se dela: interação nativo → estrangeiro, adulto → idoso(a), e ser humano → animal de estimação, entre outros (Ferguson, 1977). Segundo essa perspectiva, *baby talk* funciona como um facilitador da aprendizagem da língua (pela criança), já que simplifica o código lingüístico a que a criança está exposta. Por vezes, a justificativa para o uso de *baby talk* está ancorada no entendimento de que uma estrutura mais complexa (vista como usual nas interações entre adultos) enfraqueceria a comunicação, visto que as crianças “encontram-se em estágio lingüístico inferior” (Borges e Salomão, 2003, p. 329).

Embora reconheça que *baby talk* seja um código tipicamente utilizado por adultos para com crianças, discurto, no presente artigo, o que *baby talk* pode nos dizer

sobre o *uso* cotidiano e rotineiro dessa fala. Ao fazê-lo, espero poder discorrer sobre o alcance dos estudos acerca de *baby talk* que reposicionam seu objeto de pesquisa à luz de uma perspectiva teórico-analítica que contemple o entorno sócio-cultural do qual *baby talk* faz parte e que, ao mesmo tempo, estrutura (Ochs e Schieffelin, 2001).

***Baby talk* em Papua Nova Guiné (Kaluli) e Samoa: afinal, como as crianças aprendem a linguagem?**

Conforme Ferguson (1996 [1964]), *baby talk* está sempre (a) em contraposição à fala adulta e (b) em função da não-capacidade de o interlocutor compreender essa fala adulta, tida como a fala padrão, “normal”. O reposicionamento dos estudos sobre *baby talk* é proposto por Ochs e Schieffelin (2001) a partir do questionamento destes dois aspectos que se mostram centrais na definição desse código.

A partir dos estudos de Ochs e Schieffelin (2001) e Schieffelin e Ochs (1986; 1996), as relações entre a existência de *baby talk* e sua razão de ser começam a ser discutidas e, em certa medida, postas em xeque. Tanto Ochs, ao estudar a aquisição da linguagem por crianças samoanas, quanto Schieffelin, que se volta para o mesmo processo das crianças de Kaluli, relatam a quase inexistência de tal código nas interações adulto-criança nos dois povos estudados.

Em Samoa (Ochs, 1982), uma sociedade altamente estratificada, as mães não dirigem sua fala diretamente aos bebês. São as crianças maiores, ou outras pessoas hierarquicamente inferiores presentes no ambiente, as responsáveis por transmitir as informações dos bebês para as mães e vice-versa. Ao contrário do que nos mostram os estudos de Ferguson (1977; 1996 [1964]) entre mães americanas brancas de classe média e seus/suas filhos/as, as interações em Samoa não vêm simplificadas. Além disso, quando ainda bebês menores de 6 meses, as crianças não são tomadas como parceiras interacionais; são consideradas apenas como aquelas sobre quem se conversa. Mais adiante, após os seis primeiros meses de vida das crianças, a fala dos adultos é endereçada às crianças, mas a interação não é considerada uma interação *com* a criança, na medida em que a fala de adultos é construída em torno de diretivos dos adultos *para* com as crianças, solicitando que elas, as crianças, venham até eles, por exemplo. Platt (1986) acaba por discutir, inclusive, o aspecto social da aquisição de verbos dêiticos como “vir” (to come), por

² Valho-me, ao longo do artigo, da categoria “adulto” para nomear tanto pessoas (adultas) que são responsáveis pelo cuidar da criança quanto aquelas que não necessariamente têm essa responsabilidade.

³ Na literatura, esse código também é por vezes chamado de *motherese* (e.g. Braz e Salomão, 2002) e, em Português, ele tem sido traduzido como “maternalês” (e.g. Tannen e Wallat, 2002 [1987]). Contudo, não é à fala da mãe dirigida à criança a que *baby talk* se refere, mas à fala dos adultos que cuidam da criança. Blount (1977) nos alerta que crianças fazem uso dessa fala quando em interação com crianças mais jovens do que elas.

exemplo. A autora vincula a aquisição (uso) tardia de alguns verbos dêiticos ao fato de não serem apropriados para as crianças, e não em função da complexidade semântica destes.

Schieffelin (1990) reporta em seu estudo que as crianças de Kaluli não vivem interações essencialmente diádicas, como os estudos sobre *baby talk* nos revelam. Além de não serem endereçadas com fala simplificada, as crianças de Kaluli vivem em um riquíssimo ambiente multipartidário. As crianças não são, entretanto, reconhecidas como potenciais interlocutoras, já que são vistas como não possuindo o entendimento necessário para participar de interações. Adicionalmente, para tornar-se interlocutora legítima, a criança precisa aprender a falar assertivamente, e não posicionar-se como “pedinte”. As mães, por esse motivo, valem-se desse pressuposto e, ao falarem pelas crianças, o fazem assertivamente, reproduzindo essa expectativa para a qual as crianças terão de atentar no momento em que se tornarem parceiras interacionais.

A fala dos adultos com relação às crianças é descrita, nestes estudos, não como reflexo de como as crianças – e adultos – são, mas a partir das crenças e dos valores locais que envolvem direitos e deveres de adultos em interação com crianças. As pesquisadoras estão interessadas em compreender o que faz com que adultos estruturarem suas falas da forma como o fazem (Schieffelin e Ochs, 1986). Em comparação a *baby talk* descrito por Ferguson, significa dizer que essa fala não está vinculada à não capacidade da criança em compreender uma fala tida como “normal”, mas à concepção que o adulto tem sobre as competências das crianças em determinadas idades (Ochs e Schieffelin, 2001). Nessas comunidades, as crianças são tomadas como parceiras interacionais, sendo que os adultos acabam por fazer as falas deles próprios e das crianças. Issler (1998) discute a alternância dos pronomes usados por mães brasileiras em interações mãe-bebê. O que a autora revela, são os distintos posicionamentos assumidos por essas mães ao falarem com seus bebês; por vezes, ao fazer uso do pronome de primeira pessoa do singular, a mãe mostra-se falando *pelo* seu bebê; em outros momentos, o uso desse pronome revela que a mãe fala *com* o bebê, posicionando-o como o endereçado de seus turnos. O uso diferenciado do pronome de primeira pessoa do singular constrói a mãe como responsável por manter a interação na medida em que ela fala *com* e *pelo* seu bebê.

Tanto Ochs (1982) quanto Schieffelin (1990) discutem sobre o processo de socialização das crianças nas

comunidades estudadas a partir da participação destas em ambientes que se mostram ricos em termos de organização da fala, das hierarquias presentes, e de múltiplos participantes – crianças e adultos. O que as autoras propõem é questionar as prerrogativas sobre o uso de *baby talk* e o que *baby talk* está de fato fazendo em cada contexto específico. Dito de outra maneira, as autoras problematizam as asserções sobre *baby talk* como que revelando um fazer cognitivo essencializado na natureza humana de ser mãe, ser pai, ou outro adulto responsável pelo cuidar da criança – e as crianças essencialmente como não competentes⁴. Rogoff (2003) discute esse mesmo aspecto ao voltar seu estudo para a natureza cultural do desenvolvimento humano.

Essa proposta, por outro lado, não significa que *baby talk* não seja passível de ser estudado e descrito como um código, mas apenas que o uso situado desse código deve ser considerado como parte de um processo de socialização das crianças às práticas e significados locais (Ochs e Schieffelin, 2001). Como código, também, as autoras posicionam seu questionamento com relação a *baby talk* ser um registro *especial*. A partir de estudos de fala-em-interação, tem-se a prerrogativa de que toda a fala é uma fala endereçada especialmente a um determinado interlocutor (Sacks, 2000), característica chamada de *reciprocity design*⁵. Ou seja, toda a fala, e não apenas a interação adulto-criança, traz consigo a complexa organização sócio-histórico-cultural de determinada comunidade (Lave e Wenger, 1991; Wenger, 1998; Rogoff, 2003).

Nos estudos sobre interações adulto-criança, fazemos uso dessa compreensão e nos valem da caracterização de *baby talk* para postular uma compreensão do universo social em que crianças e adultos estão inseridos e que acabam por constituir ao longo de suas interações. Redimensionamos *baby talk* de forma que seja visto como prática de socialização da linguagem. Estudos como os de Paugh (2005), Baquedano-Lopez e Ochs (2002), Baquedano-Lopez (2001), Ochs e Taylor (1992; 1996) e Goodwin (2005; 2007) voltam-se para o processo de socialização das crianças – e adultos – nas práticas identitárias locais. Com foco em diferentes práticas, os estudos mencionados partem do pressuposto de que, ao fazer uso da linguagem, adultos e crianças constroem e negociam o que significa ser adulto e criança naquelas comunidades. Conforme Lave e Wenger (1991), portanto, o aprendizado é parte intrínseca da prática.

Fica, ainda, a pergunta-mote do artigo, já apresentada como preocupação das mães de Papua Nova Guiné e de

⁴ A partir daí, também não mais poderemos observar *baby talk* em uso somente a partir do adulto, mas sim como uma co-construção (Ochs e Jacoby, 1995) da criança e do adulto; ou seja, *baby talk* está ancorada não somente em crenças sobre a criança, mas também sobre direitos e deveres de adultos quando em interação com crianças. Em Ochs e Schieffelin (1986) temos uma primeira publicação que reúne trabalhos orientados pela perspectiva da *socialização* da linguagem.

⁵ Na literatura (Sacks *et al.*, 2003 [1974]), esse termo tem sido traduzido como “ajuste ao interlocutor”.

Kaluli: como as crianças, dos estudos sobre *baby talk*, aprendem a falar corretamente se, desde bebês, são endereçadas com uma fala simplificada? Ou, vista por outro ângulo: o que crianças e adultos estão fazendo ao interagir?

O universo doméstico-familiar de duas famílias brasileiras

Seguindo as discussões propostas por Ochs e Schieffelin (Ochs, 1982; 1986; Schieffelin, 1990; Ochs e Schieffelin, 2001; Schieffelin e Ochs, 1986; 1996), valho-me, nesse estudo, de uma abordagem etnográfica de análise das trocas verbais (e.g. Erickson e Shultz, 2002 [1981]; Duranti, 1997), ancorada em pressupostos da análise da fala-em-interação, a partir de Sacks (2000), de Gumperz (1982) e de Goffman (1959; 1974; 1981). Como espécie humana, nossa vida é essencialmente uma vivência verbal, que toma corpo nas interações face a face cotidianas nas quais nos engajamos. Para compreendermos como essa vivência está estruturada, um dos lugares profícuos em que podemos concentrar nossas energias é justamente nas interações mais corriqueiras e efêmeras, pois nelas reside o universo humano. Como colocam Goodwin e Heritage (1990), a interação social é o meio primordial através do qual as coisas do mundo social são negociadas e as identidades dos participantes são afirmadas ou renegadas. Para a pesquisa em socialização da linguagem, este é um importante lugar para ser olhado, visto que se busca compreender crenças e valores que são constitutivos das interações de socialização (e.g. Garrett e Baquedano-Lopez, 2002).

Ao fazer uso da palavra, em interação face a face, cada interagente tem a possibilidade (e a obrigação) de explicitar a forma como compreendeu o enunciado anterior, posicionando-se com relação a ele. Ao fazê-lo, interagentes acabam por se posicionar uns com relação aos outros, estruturando uma organização social que define direitos e deveres, possibilidades e restrições a estes interagentes. Se os adultos reformulam a fala da criança, pode-se depreender que os adultos se responsabilizam por auxiliar as crianças a elaborar enunciados compreensíveis (Ochs, 1991).

O uso de *baby talk* em interações adulto-criança acaba posicionando esses interagentes (adultos e crianças) socialmente, ou seja, não é o fato de que são quaisquer adultos e quaisquer crianças que participam da interação que faz com que ajam da maneira como o fazem. É a maneira como interagem que acaba por constituir-los enquanto adultos e crianças, a partir dos pressupostos locais do que sig-

nifica ser “adultos-em-interação-com-crianças” e “crianças-em-interação-com-adultos”. Desta feita, olhar sistematicamente para as interações, com foco nas ações dos interagentes, nos permite acessar a forma como tais interagentes *participam* das interações e, dessa forma, desvelar a organização sócio-cultural de uma comunidade (Garrett e Baquedano-Lopez, 2002; Duranti, 1997).

Neste estudo, as interações de duas famílias brasileiras são analisadas no contexto doméstico, de forma a desvelar o uso (ou não) de *baby talk* e a caracterização cultural desse uso. Embora, de antemão, eu identifique que de fato as pessoas adultas fazem uso de *baby talk* em ambas as famílias, são aspectos como o significado das ações, sua preferência ou não (em termos de ações marcadas ou não) e a duração de tais formas que conferem a elas um *status* cultural (Schieffelin e Ochs, 1996). É a partir dessa prerrogativa que fundamento minhas análises.

Nomeio, nesse artigo, “Família de Catarina” e “Família de Paulo” cada uma das famílias estudadas. A proposta inicial do estudo (Schnack, 2006) era voltar-se para o processo de socialização de crianças de três anos⁶. Catarina e Paulo tinham, à época da coleta, três anos de idade. A metodologia empregada constitui-se por gravação em áudio e vídeo de interações de cada família ao longo de dez dias. Coube a cada família definir os horários em que realizariam essas filmagens e gravações em áudio. Além disso, convivi, como observadora-participante, com cada família ao longo de algumas semanas. Os dias em que estive com cada família foram definidos por elas. Esses momentos de convívio também foram gravados, porém não transcritos para o estudo. Faz parte do corpus de dados, também, um diário de campo originado dos dias de visita a cada família.

A rotina de cada família: jeitos diferentes de ser família

A família de Catarina, composta pela menina, sua mãe, Carmen, seu pai, Valmor, e seu irmão, Washington⁷, tem uma rotina de constantes encontros tacitamente organizados: pela manhã, Carmen sai para o trabalho em lancheria no centro da cidade enquanto Valmor veste Catarina, leva-a para a casa de Vó Nina⁸, a senhora que cuida da menina durante o dia, e vai, ele próprio, para seu trabalho, ora realizando consertos residenciais, ora trabalhando na jardinagem de algumas residências. Washington, sozinho, prepara-se para mais uma manhã de aula e uma tarde em que permanece em casa, na casa de amigos ou com amigos na rua em frente a sua casa. É no final do dia

⁶ Todos os nomes relacionados às famílias, desde nomes próprios pessoais até localidades envolvidas, foram trocados de forma a preservar a identidade dos participantes. O presente estudo também teve sua aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS, sob Resolução 06/2006, do dia 12/04/2006.

⁷ Washington tinha, à época da coleta de dados, onze anos.

⁸ Vó Nina é assim chamada pelas pessoas que com ela convivem; todavia, ela não é avó de Catarina.

que a família se encontra novamente reunida, envolvida com atividades diversas. Tipicamente, Carmen prepara o jantar, Valmor realiza pequenos reparos e/ou responsabiliza-se pela roupa suja, Washington ainda brinca com amigos, seja em frente a sua casa, seja em seu quarto, e Catarina busca um lugar para brincar que não interfira na atividade das outras pessoas da família. A cuia de chimarrão circula entre os adultos, alinhavando as atividades distintas e oportunizando momentos de compartilhamento de experiências.

A família de Paulo, constituída pelo menino, sua mãe, Leila, e seu pai, Ângelo, orchestra uma rotina com atividades previamente negociadas entre os membros da família: Leila vai para seu trabalho como fonoaudióloga pela manhã e leva Paulo para a escola de educação infantil em que estuda, na mesma cidade em que a mãe trabalha. Ambos retornam juntos à tarde e assim permanecem ao longo do período. Ao contrário de Leila, Ângelo trabalha como executivo de uma multinacional o dia inteiro e retorna ao final do dia para casa. Ao se encontrarem em casa, no final do dia, nem Leila, nem Ângelo, nem Paulo se preocupam com afazeres domésticos, especialmente aqueles relacionados com a limpeza da casa, visto que contam com o auxílio de uma empregada doméstica para realizar essa tarefa. O período entre chegar em casa e ir dormir caracteriza-se como de intensa interação familiar com foco comum, ou seja, Leila, Ângelo e Paulo participam de atividades nas quais os três, ou pelo menos dois deles, estão engajados: há a hora de Paulo e Ângelo brincarem juntos, o momento de Leila e Paulo e, por fim, depois de Paulo deitar-se, o momento de Leila e Ângelo interagirem.

Baby talk como prática familiar: múltiplas possibilidades

Passo a analisar, nesse momento, uma instância de *baby talk* em cada uma das famílias, buscando vincular o uso de *baby talk* em cada casa às (brevíssimas) descrições etnográficas desses lares, em certos aspectos tão distintos.

O primeiro momento que analiso advém de uma interação entre Ângelo e Paulo enquanto ambos assistem televisão na sala. Leila encontra-se na cozinha, que fica no mesmo espaço físico que a sala, mas que se constitui como um ambiente separado. Leila tem acesso à interação de Ângelo e Paulo e estes têm acesso às atividades de Leila.

Segmento 1. [paulo; 01/2005; 46min47]

250	Paulo:	olha ali ó.
251	Ângelo:	é o clifford piquininho? (.) que cor ele é? azul?
253	Paulo:	não::: verme:::lho.
254	Ângelo:	é verme::lho?
255	Paulo:	é.

256	Ângelo:	e ele é grandão?
257	Paulo:	((vira-se para Ângelo)) é bem piquininho.
258	Ângelo:	bem piquininho? que que parece ele?
259	Paulo:	um cachorri::nho.
260	Ângelo:	parece um cachorrinho?
261	Paulo:	olha lá:::
262	Ângelo:	olha lá que piquini::nho.
263		(.)
264	Paulo:	pegô::: ela pegô.
265	Ângelo:	ela pegô o cli:fford?
266	Paulo:	é.=
267	Ângelo:	=no colo? (.) e ele deu um beijinho nela?
268	Paulo:	é.
269	Ângelo:	como ele dá beijinho?
270	Paulo:	((dá beijinhos no ar))
271	Ângelo:	((responde com beijinhos))

Paulo e Ângelo se engajam em uma atividade de descrever o programa que assistem na televisão, em um canal de televisão pago cuja programação é totalmente constituída por desenhos animados infantis. A caracterização da fala de Ângelo pode ser percebida como *baby talk* na medida em que ele: (a) expande os turnos de fala de Paulo (linha 261); (b) repete a fala de Paulo com tom ascendente (linhas 253, 255, 257, 259, 261, 266, 268); (c) utiliza uma entonação sempre ascendente em suas falas (linhas 251, 254, 256, 258, 260, 265, 267 e 269); (d) simplifica sintaticamente seus enunciados (251); e (e) faz uso, morfológicamente, de diminutivos – e aumentativos – ao referir-se ao tamanho do personagem da história e ao beijo que uma personagem dá em Clifford.

Observando as *ações* de Ângelo e Paulo ao longo dessa interação, ao fazerem uso de *baby talk*, é possível depreender que é Ângelo quem se responsabiliza pela manutenção do fluxo interacional. A cada repetição da fala de Paulo e a cada expansão da fala do menino, Ângelo cria um espaço interacional relevante para Paulo posicionar-se, fazer uso da palavra, já que as ações de Ângelo ficam em suspenso enquanto Paulo não provê uma resposta a elas (Levinson, 1983, p. 306). Paulo tem um espaço interacional para formular discursivamente o seu mundo. Ao menino cabe a responsabilidade de responder a essa situação interacional criada e co-construir esse espaço interacional propício para seu posicionamento frente a um programa de televisão que, de certa forma, já está sendo “as-similado” por ele enquanto assiste ao mesmo.

A assimetria pela manutenção da conversa sobre o mundo televisivo pode ser percebida na medida em que Paulo não se engaja em formular perguntas a Ângelo, que também assistia ao programa de televisão, que é orientado ao público infantil. As perguntas de Ângelo são perguntas retóricas com relação ao que pode ser visto: o

tamanho do cachorro, a cor do mesmo, e os beijos da personagem no cachorro, por exemplo. A partir daí, pode-se pensar que a estrutura de participação (Goodwin, 1990; 2001) da interação entre Ângelo e Paulo dá conta de revelar não só que Paulo é tomado como parceiro interacional, mas também que é dos adultos a responsabilidade de adaptar-se ao universo (infantil) do menino. Além disso, nesse excerto está construído aquele momento “previsto” na rotina da família, em que Paulo tem a exclusividade da atenção do pai.

A estrutura da participação de Ângelo e Paulo *nessa* interação específica não é uma organização *isolada* em meio a outras interações entre Ângelo, Paulo e Leila. Mostra-se uma prática da família, em momento de interação com Paulo.

O momento interacional em que *baby talk* é empregado na família de Catarina configura-se de maneira totalmente distinta daquele momento experienciado por Paulo. O Segmento 2 nos revela outras facetas do uso situado de *baby talk*.

Segmento 2. [catarina; 02/2005; 16min06]

- 151 Catarina: ((no quarto)) pai, XXXX daí eu vô (olhá) meu de::do.
- 152 Valmor: coitadinho do dedinho. ((está no quarto com catarina)) (.) mas isso
- 153 aconte::ce. viu tu tem que cuidá:: mais amor? (.) ((pega catarina no colo)) vamo desligá? (.) agora? (.) o rádio ?
- 154
- 155 Catarina: não::: ((choramingando))
- 156 Valmor: não? (.) tu vai ficá escutando aqui?
- 157 Catarina: não::.
- 158 Valmor: não? onde é que tu vai?
- 159 Catarina: po - de desligá.
- 160 Valmor: pode desligá?
- 161 Catarina: ti::ra.(.) olha ali ó pai.
- 162 Valmor: tem que cuidá senão estraga. isso aí:: é:: esses aparelho tem que cuidá senão estraga.
- 163

A fala de Valmor pode ser caracterizada como *baby talk*, nessa interação, pelo fato de que ele faz uso de: (a) diminutivos (linha 152); (b) entonação acentuada, particularmente pelo prolongamento de algumas sílabas (linha 153), e ascendente (linhas 154 e 156); e (c) repetição da fala de Catarina (linha 160).

No que precede a interação, Catarina havia machucado seu dedo e Valmor se dirige até o quarto para verificar o que acontecera. Esse excerto é parte da interação

mais longa na qual Catarina é ratificada como interlocutora em um momento do dia em que todos da família estão em casa⁹. E, ao contrário do que acontece nas interações familiares entre Paulo e seu pai e/ou sua mãe, esta é a única instânciação de *baby talk* explicitamente marcada nas interações de Catarina com seu pai ou sua mãe¹⁰.

São essas duas características do uso de *baby talk* – o momento em que ocorre e a não-recorrência desta fala – que a significam culturalmente enquanto prática local (Ochs e Schieffelin, 2001). Como Catarina se encontra fragilizada por ter machucado seu dedo, e por *baby talk* ser uma fala atípica nessa família, podemos pensar que seu uso está vinculado justamente ao momento frágil em que Catarina se encontra.

A multimodalidade (Goodwin *et al.*, 2002) desse agir se complementa com o fato de Valmor pegar Catarina no colo, o que tampouco é uma prática local (Wenger, 1998; Eckert e McConnell-Ginet, 1992). O ato de pegar alguém no colo pode configurar a pessoa que está no colo, de acordo com as práticas significadas localmente, como um bebê, que não “caminha com suas próprias pernas”.

Linguisticamente, *baby talk* acaba por posicionar aquela pessoa a quem a fala se dirige como o centro das atenções, alguém que é levada a realizar algo. A esta pessoa não está atrelado o ônus do trabalho de manter o fluxo interacional, de propor novos tópicos e novas ações, mas de levar a cabo pares adjacentes (Levinson, 1983, p. 303) instaurados pelo adulto.

Em outros momentos (Schnack, 2006), Carmen e Valmor não se posicionam como os responsáveis em manter o fluxo interacional nas interações com Catarina. Catarina deve, inclusive, buscar um local para brincar que não interfira nas atividades dos adultos. Para tornar-se participante de uma interação com os pais, Catarina deve mostrar conhecer - e ser socialmente competente (Hutchby e Moran-Ellis, 1998) – (n)as regras que regem as interações nessa família. É dela a responsabilidade de inserir-se no mundo adulto para tornar-se participante legítima das mesmas (Schnack, 2006). Ou seja, quando *baby talk* é usado, Catarina passa de participante que está em constante processo para ser ratificada a participante que está no centro da interação.

Em oposição a esta prática local de uso de *baby talk* na família de Catarina, a interação entre Ângelo e Paulo se caracteriza pela recorrência. A recorrência do uso de *baby talk* acaba por revelar outros significados inerentes ao fazer local desta família. Seu uso paralelo à atividade de assistir televisão cria espaços para Paulo manifestar-se, posicionar-se com relação ao que o cerca, ou seja, dá voz a Paulo, recorrentemente. Contudo, a fala também

⁹ As outras interações mais longas nas quais Catarina se engaja são momentos em que ela está em casa, ou somente com o pai, ou somente com a mãe, não “disputando” seu interlocutor com outras pessoas.

¹⁰ De fato, em nenhuma das interações registradas entre Catarina e sua mãe há o uso de *baby talk* configurado como tal por Ferguson (1977).

posiciona Paulo como alguém que “necessita” ter esses espaços criados. Paulo responde aos questionamentos do pai com mínima produção lingüística, além de não propor, ele próprio, novos tópicos para a conversa. É Ângelo quem busca manter a interação e oportunizar momentos para Paulo fazer uso da palavra.

Considerações finais: o que a lingüística tem a ver com isso?

Há tempos que os estudos da linguagem têm buscado compreender não apenas um código por si só, mas também um código atravessado por um mundo social. O estudo que aqui apresentei buscou mostrar um lugar no qual esse mundo social está imbricado com a linguagem de tal forma que um não é exterior ao outro: analisar o uso da linguagem pressupõe compreender que mundo esse uso acaba por constituir e que, concomitantemente, constitui essa linguagem. Como coloca Hanks (*in* Garret e Baquedano-lopez, 2002, p. 344), embora “as línguas exibam estruturas e princípios internos que são por natureza puramente lingüísticos, uma língua não é um sistema autoconstitutivo impermeável aos mundos sociais de seus falantes”. Nesse sentido, embora *baby talk* tenha sido descrito como um código por si só, sua permeabilidade social é reveladora de um contexto que, além de social, é histórico-cultural.

Quando Ochs e Schieffelin (2001) definem o aspecto cultural do fazer social como repousando nos significados localmente negociados, no caráter marcado/não-marcado das ações e na duração da prática, em termos de turnos de fala, podemos perceber que distinções culturais são sutis, não gritantes. Nos excertos acima analisados, *baby talk* poderia ser descrito como uma prática presente em ambas as famílias, e sua caracterização estrutural, em ambas, estaria provavelmente intimamente relacionada: diminutivos, sintaxe simplificada, campo semântico de interesse/competência da criança, léxico restrito, fala vinculada ao “aqui-e-agora”, entonação exagerada e lenta, repetição da fala da criança, entre outros.

Todavia, ao analisarmos *baby talk* à luz de uma perspectiva etnográfica, inserindo essa fala em atividades nas quais os membros de uma família se engajam, a definição do que seja *baby talk* acaba por divergir consideravelmente em cada grupo familiar. Por isso, relativizamos sua definição. Assim, entendemos que a vinculação do uso de *baby talk* à não capacidade lingüística de a criança compreender uma fala tipicamente adulta (Ferguson, 1977), ou à não capacidade semântica de a criança compreender essa mesma fala (Snow, 1977, p. 47) deve ser re-elaborada. Ao invés da relação causa-efeito, o uso de *baby talk* constrói (e ao mesmo tempo revela) a cognição social de o que significa ser criança para os usuários dessa fala; uma cognição que pode vislumbrar, na criança, um ser que necessita ter acesso “facilitado” à linguagem, da forma mais

simplificada à mais complexa. Rogoff (2003) aponta justamente para este aspecto do desenvolvimento humano/infantil, discutindo a centralidade da cultura na representação e na concepção do que é esperado que as crianças sejam capazes de fazer.

Nos casos analisados acima, a cognição social de criança em termos de seu lugar na constituição familiar pode ser acessada via análise de *baby talk*. Para tanto, foi necessário que se tivesse uma compreensão mais abrangente do que “conta” como prática familiar.

Na família de Catarina (Schnack, 2006), as práticas locais concernentes à menina aproximam-se às práticas dos adultos de Papua Nova Guiné e Kaluli, comunidades que acreditam que seja da criança a responsabilidade de “aproximar-se” da fala do adulto para ser considerada uma parceira interacional. Enquanto isso não ocorre, a interação adulto-criança pode ser vista como uma interação de um adulto *para* com uma criança, e não *com* uma criança, na medida em que os adultos dirigem-se a estas crianças para darem instruções e ensinamentos, por exemplo. Catarina tem a chancela do pai, de ser endereçada através de *baby talk*, em momento em que está fragilizada, nos revelando como se consolida a noção de que *baby talk* parece funcionar como uma importante ferramenta comunicativo-afetiva, e em especial afetiva, nesse momento (Borges e Salomão, 2003). Contudo, esse fazer afetivo não está naturalmente e normativamente implicado em *baby talk*; este é um fazer também localmente significado.

Na família de Paulo, por outro lado, as interações apresentam uma organização de participação na qual é dos adultos a responsabilidade de inserção no mundo da criança buscando, a partir daí, estabelecer pontes com o mundo adulto “lá fora”. Enquanto criança, Paulo é estimulado a desenvolver-se, a posicionar-se sobre seu entorno, mas não é sua a responsabilidade de adaptar-se ao mundo adulto de seu pai e sua mãe. De maneira semelhante aos estudos sobre *baby talk* em famílias euro-americanas, brancas, de classe média/média-alta, Paulo está envolto em interações essencialmente diádicas, durante as quais o foco de atenção é ele. Paulo torna-se o ponto de convergência das atenções de seu pai e sua mãe, constituindo-se, desse modo, um espaço doméstico-familiar bastante peculiar.

Assim, as análises aqui propostas se valem de estudos que caracterizaram *baby talk* como um código. Reposicionam, todavia, esse código de forma a dar conta dos mundos sociais que o constituem. Como código, percebemos que *baby talk* está presente em ambas as famílias estudadas. Como ação, o que está acontecendo enquanto os adultos fazem uso de *baby talk* é bastante distinto nas duas famílias. Mesmo que o uso de *baby talk* em ambas as famílias dê voz às crianças, oportunizando um momento de construir discursivamente o seu mundo, Catarina e Paulo acabam por ter essas oportunidades concretizadas em momentos díspares: Catarina está fragiliza-

da por conta de um ferimento no dedo e Paulo entretém-se (ou é entretido?) em frente à televisão, assistindo a um canal de televisão por assinatura cujos programas são essencialmente infantis. Desta feita, Catarina será o centro das atenções em momentos críticos de sua vida – definidos pelos adultos – e em outros momentos de sua vivência (familiar) é sua a responsabilidade em fazer-se “ouvir”. Paulo, por outro lado, é posicionado centralmente em sua família ao longo de seus dias, de forma que a rotina da família está enfaticamente organizada em função de seus interesses e necessidades.

Essas práticas familiares distintas foram descritas por Lareau (2003)¹¹ como de “crescimento natural” e de “desenvolvimento orquestrado”, respectivamente, sendo que na primeira as crianças desenvolvem-se sem a maciça interferência adulta e, na segunda, os adultos organizam e estruturam as atividades para seus/suas filhos/as, gerenciando essas atividades de forma que sejam asseguradas, às crianças, oportunidades de desenvolvimento – a partir das crenças e valores dos pais.

O uso de *baby talk* é tomado como sendo mais do que uma forma de facilitar o acesso da criança à língua. É uma forma de socializar essa criança nas práticas locais, de torná-la uma “pessoa em sociedade” (Ochs, 2002). Por esse motivo, o processo em que a criança está inserida desde seu nascimento passa a ser entendido não mais como um processo de aquisição da linguagem, mas um processo de socialização da linguagem que, nas palavras de Ochs e Schieffelin (1986; 2001), é um processo que tanto ocorre *através* da linguagem quanto *para* o uso da linguagem.

Referências

- BAQUEDANO-LOPEZ, P. 2001. Creating Social Identities through Doctrina Narratives. In: A. DURANTI, *Linguistic Anthropology: a Reader*. Malden, Blackwell Publishing Ltd., p. 343-358.
- BAQUEDANO-LOPEZ, P. e OCHS, E. 2002. The Politics of Language and Parish Storytelling: Nuestra Señora de Guadalupe Takes on ‘English Only’. In: P. LINELL e K. ARONSSON (eds.), *Selves and Voices: Goffman, Viveka, and Dialogue*. Sweden, Linköping University, p. 173-191.
- BLOUNT, B. G. 1977. Ethnography and caretaker-child interaction. In: C. SNOW e C. FERGUSON (eds.), *Talking to Children: Language input and acquisition*. Cambridge, Cambridge University, p. 297-308.
- BORGES, L.C. e SALOMÃO, N.M.R. 2003. Aquisição da linguagem: Considerações da Perspectiva da Interação Social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, **16**(2):327-336.
- BRAZ, F. e SALOMÃO, N.M.R. 2002. A Fala Dirigida a Meninos e Meninas: Um Estudo sobre o *Input* Materno e suas Variações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, **15**(2):333-344.
- DURANTI, A. 1997. *Linguistic Anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press, 420 p.
- ECKERT, P. e MCCONNELL-GINET, S. 1992. Think Practically and Look Locally: language and Gender as Community-Based Practice. *Annual Review of Anthropology*, **21**:461-490.
- ERICKSON, F. e SHULTZ, J. 2002 [1981]. O “quando” de um contexto. In: B.T. RIBEIRO e P.M. GARCEZ (orgs.), *Sociolinguística Interacional*. São Paulo, Edições Loyola., p. 215-234.
- FERGUSON, C. 1977. Baby talk as a simplified register. In: C. SNOW e C. FERGUSON (eds.), *Talking to children: Language input and acquisition*. Cambridge, Cambridge University, p. 219-235.
- FERGUSON, C. 1996 [1964]. *Baby talk in Six Languages*. In: T. HUEBNER (ed.), *Sociolinguistic Perspectives: papers on Language in Society, 1959 - 1994/ Charles Ferguson*. Oxford, Oxford University Press, p. 103-114.
- GARRETT, P. e BAQUEDANO-LOPEZ, P. 2002. Language Socialization: Reproduction and Continuity, Transformation and Change. *Annual Review of Anthropology*, **31**:339-361.
- GOFFMAN, E. 1959. *The Presentation of the Self in Everyday Life*. New York, Anchor Books, 256 p.
- GOFFMAN, E. 1974. *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. New York, Harper and Row, 600 p.
- GOFFMAN, E. 1981. *Forms of Talk*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 344 p.
- GOODWIN, C. e HERITAGE, J. 1990. Conversation Analysis. *Annual Review of Anthropology*, **19**:283-307.
- GOODWIN, M.H. 1990. *He-Said-She-Said: Talk as Social Organization among Black Children*. Bloomington, Indiana University Press, 384 p.
- GOODWIN, M.H. 2001. Participation. In: A. DURANTI (ed.), *Key Terms in Language and Culture*. Malden, Blackwell Publishers Ltd., p. 172-175.
- GOODWIN, M.H. 2005. Interaction, language practice and the construction of the social universe. *Calidoscópico*, **3**(3):184-195.
- GOODWIN, M.H. 2007. Occasioned Knowledge Exploration in Family Interaction. *Discourse and Society*, **18**(1):93-110.
- GOODWIN, M. e GOODWIN, C. e YAEGER-DROR, M. 2002. Multi-modality in Girls’ Game Disputes. *Journal of Pragmatics*, **34**:1621-1649.
- GUMPERZ, J. 1982. *Discourse strategies*. Cambridge, Cambridge University Press, 240 p.
- HUTCHBY, I. e MORAN-ELLIS, J. (eds.). 1998. *Children and Social Competence*. London, Falmer Press, 272 p.
- ISSLER, D. 1998. A aquisição dos pronomes pessoais ‘eu’ e ‘tu’: a fala da mãe com a criança nos três primeiros anos de vida. *Letras de Hoje*, **33** (2):183-190.
- LAREAU, A. 2003. *Unequal Childhoods: Class, Race, and Family Life*. Califórnia, University of California Press, 343 p.
- LAVE, J. e WENGER, E. 1991. *Situated Learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge, Cambridge University Press, 138 p.
- LEVINSON, S. 1983. *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press, 434 p.
- OCHS, E. 1982. Talking to children in Western Samoa. *Language in Society*, **2**:77-104.
- OCHS, E. 1986. Introduction. In: OCHS, E. e SCHIEFFELIN, B. (eds.) *Language Socialization Across Cultures*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-13.

¹¹ A autora vincula essas práticas distintas às camadas sócio-econômicas às quais as famílias pertencem; na verdade, a autora descreve as práticas que fazem com que a organização societal ocorra em função das distintas camadas sócio-econômicas. Neste estudo, opto por não vincular, diretamente, as diferentes práticas das duas famílias às camadas sociais distintas a que elas pertencem. Reconheço, contudo, a interdependência que se estabelece entre camada sócio-econômica e prática social.

- OCHS, E. 1991. Misunderstanding Children. In: N. COUPLAND; H. GILES e J. M. WIEMANN (eds.), *Miscommunication and problematic talk*. Newbury Park, SAGE Publications Ltd., p. 44-60.
- OCHS, E. 2002. Becoming a speaker of culture. In: C. KRAMSCH, *Language Acquisition and Language Socialization*. London, Continuum, p. 99-120.
- OCHS, E. e JACOBY E.S. 1995. Co-Construction: An Introduction. *Research on Language and Social Interaction*, **28**:171-183.
- OCHS, E. e SCHIEFFELIN, B. 1986. *Language Socialization Across Cultures*. Cambridge, Cambridge University Press, 286 p.
- OCHS, E. e SCHIEFFELIN, B. 2001. Language Acquisition and Socialization: Three Developmental Stories and their Implications. In: A. DURANTI (ed.), *Linguistic Anthropology: a Reader*. Massachusetts, Blackwell Publishers, p. 263-301.
- OCHS, E. e TAYLOR, C. 1992. Science at dinner. In: C. KRAMSCH e S. MCCONNELL-GINETT (eds.), *Text and Context: cross-disciplinary perspectives on language study*. Massachusetts, D.C.Heath, p. 29-45.
- OCHS, E. e TAYLOR, C. 1996. The 'Father Knows Best' Dynamic in Dinnertime Narratives. In: K. HALL (ed.) *Gender articulated: Language and the socially constructed self*. New York, Routledge, p. 97-121.
- PAUGH, A. 2005. Learning about work at dinnertime: language socialization in dual-earner American families. *Discourse and Society*, **16**: 55-78.
- PLATT, M. 1986. Social norms and lexical acquisition: a study of deictic verbs in Samoan child language. In: OCHS, E. e SCHIEFFELIN, B. (eds.), *Language Socialization Across Cultures*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 127-152.
- ROGOFF, B. 2003. *The Cultural Nature of Human Development*. Oxford: Oxford University Press, 434 p.
- SACKS, H. 2000. *Lectures on Conversation*. Oxford, Blackwell Publishers, vol. 1 e vol. 2, 1520 p.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. e JEFFERSON, G. 2003 [1974]. *Sistêmica elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa*. *Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos*, **7**(1;2): 9-73.
- SCHIEFFELIN, B. 1990. *The give and take of everyday life: Language Socialization of Kaluli children*. New York, Cambridge University Press, 288 p.
- SCHIEFFELIN, B. e OCHS, E. 1986. Language Socialization. *Annual Review of Anthropology*, **15**:163-191.
- SCHIEFFELIN, B. e OCHS, E. 1996. The Microgenesis of Competence: Methodology in Language Socialization. In: D. SLOBIN; GERHARDT J.; KYRATZIS, A. e GUO, J. (eds.) *Social Interaction, Social Context and Language*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, p. 251-263.
- SCHNACK, C.; PISONI, T.D. e OSTERMANN, A.C. 2005. Transcrição de fala: do evento real à representação escrita. *Entrelinhas*, **2**(2). Disponível em: <http://www.entrelinhas.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=12>. Acesso em: 24 nov. 2006.
- SCHNACK, C. 2006. *Do Ser ao Fazer: infância e família sob a perspectiva da socialização da linguagem*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 163 p.
- SNOW, C. 1977. Mothers' speech research: from input to interaction. In: SNOW, C. e FERGUSON, C. (eds.). 1977. *Talking to children: Language input and acquisition*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 31-49.
- SNOW, C. e FERGUSON, C. (eds.). 1977. *Talking to children: Language input and acquisition*. Cambridge, Cambridge University Press, 369 p.
- TANNEN, D. e WALLAT, C. 2002 [1987]. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação. In: B.T. RIBEIRO e P.M. GARCEZ (orgs.), *Sociolinguística Interacional*. São Paulo, Edições Loyola, p. 183-214.
- WENGER, E. 1998. *Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity*. Cambridge, Cambridge University Press, 336 p.

Submetido em: 11/05/2007

Aceito em: 13/08/2007

Anexo Convenções de Transcrição (Schnack <i>et al.</i> , 2005).	
[texto] Falas sobrepostas	Colchete esquerdo indica o início da sobreposição de vozes. Colchete direito indica o final. Os colchetes precisam estar alinhados.
= Fala colada	Indica que não há espaço entre a fala de um interlocutor e a fala de outro.
(.) Pausa	Representa a ausência de fala ou vocalização.
, Entonação contínua	Indica entonação contínua, como ao listar itens.
. Entonação Descendente	Indica entonação descendente e final.
? Entonação ascendente	Indica entonação ascendente.
- Interrupção abrupta da fala	Interrupção abrupta da fala em curso.
: Alongamento de som	Indica alongamento de vogal ou consoante.
>texto< Fala mais rápida	Indica fala mais rápida em relação ao contexto anterior e posterior de fala. ALICE: >quantas vezes forem necessárias. fazê o registro<
<texto> Fala mais lenta	Indica fala mais lenta em relação ao contexto anterior e posterior de fala.
°texto° Fala com volume mais baixo	Indica em volume mais baixo em relação ao contexto anterior e posterior de fala. REBECA: é:: °trinta°.
TEXTO Fala com volume mais alto	Indicam volume mais alto em relação ao contexto anterior e posterior
<u>Texto</u> Sílabas, palavra ou som acentuado	Indica sílabas, palavra ou som acentuado.
↑↓ Setas	Indicam aumento ou diminuição na entonação.
Hhh	Expiração audível.
.hhh	Inspiração audível.
(texto) Dúvidas	Dúvidas na transcrição.
XXXX Inaudível	Indicam sílabas que não foram possíveis de se transcrever.
((texto)) Comentários	Comentários da/o transcritora/o.
@ @ @ Riso	Pulsos de riso.

Cristiane Schnack

Instituição Evangélica de Novo Hamburgo

Unidade Oswaldo Cruz

Novo Hamburgo, RS